

mudar a



publicação do graal

21.

NOVEMBRO 1979

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



UMA NOVA LINGUAGEM POLÍTICA

Maria de Lourdes Pintasilgo

A «MARCHA DOS CEM DIAS.»

O que nos move, afinal? Por que aceitamos fazer parte desta «marcha de 100 dias»? Por que estamos aqui, sabido, como é, que, nas nossas vidas de intenso trabalho, o Verão nos convidaria ao descanso renovador e a uma comunhão mais próxima com as serranias e os areais, os vales e as colinas que são a raiz telúrica deste povo tão diverso?

Por que estamos aqui? Poderíamos dizer o serviço, o sacrifício, a missão. E diríamos a verdade. Mas preferimos dizer o **risco** e o gosto de o enfrentar, porque difícil é a tarefa e árduos são os caminhos. Preferimos dizer a **solidariedade** e o desejo de a viver até ao fim, porque saibrosa é a terra que cultivamos e dura a labuta quotidiana. Preferimos dizer a **lucidez** e a procura de uma verdade cada vez mais limpa, porque emaranhados são os problemas e contraditórias as soluções.

Que Governo somos? Como nos podemos então definir?

Deu-nos o Presidente da República a bússola que guiará a nossa marcha. Quis-nos **isentos** em relação às forças políticas. Exigiu de nós a **independência** que se demarca dos «afrontamentos e conflitos».

Ao desafio lançado responderemos sem equívocos.

A **isenção** é inteira, porque de nós depende. Não fecharemos os ouvidos a quem disser que os tempos são duros, que a vida está cara, que sobre o povo cai uma pesada carga. Ouviremos o protesto donde quer que venha. E no coro das aspirações dissonantes e, por vezes, antagónicas, prestaremos atenção ao silêncio dos que na sociedade permanecem sem voz. Se alguém privilegiarmos, que sejam os discriminados, os mais desfavorecidos, outra coisa nos não pode pedir a justiça. E dessa preferência não recearemos dar conta.

Se em alguma circunstância formos «motivo de afrontamento e conflitos», não partirá de nós a polémica nem a escaramuça. Temos outras batalhas a vencer, longe que estamos dos torneios medievais.

A **luta** que travamos é contra o **tempo** — empurrá-lo, com diz o poeta, «ao encontro das cidades futuras». Para que se desenhem caminhos novos. Para que se não percorram desnecessariamente as vias do desencanto alheio.

O **lugar** onde travamos a luta é aqui e longe. São os nossos problemas reais, concretos, do povo que somos. Mas são, também, os problemas do mundo de hoje. Porque todo o problema é hoje universal e planetário.

Procurar, **aqui**, caminhos de solução é a um tempo tentar responder a necessidades básicas bem determinadas, a fim de sermos nós mesmos numa vida mudada, e aceitar compartilhar o destino da humanidade inteira. Mas por ser vasto e rasgado o nosso horizonte, nem por isso será menos **exigente e realista** a nossa prática.

Sabemo-nos Governo deste país.

Não abdicamos da tarefa que nos cabe, mas tão pouco a pomos acima ou para além das tarefas que cabem hoje a todos os portugueses. Camponeses, empresários, operários, intelectuais, comerciantes, funcionários, mulheres que vivem a multiplicidade das tarefas do quotidiano, jovens que não iludem um hoje exigente, com um futuro adiado — todos são nossos companheiros de marcha, ao mesmo ritmo e com um mesmo fim. Com todos nos sentimos responsáveis. E, nessa co-responsabilidade, ganha mais força a autoridade que nos permitirá «conduzir a política geral do País».

Para tal nos dizemos e queremos um Governo coeso,

colegial, assente no diálogo, na concertação, no consenso.

Não receamos divergências de opiniões, certos como estamos de que aí encontraremos o aguilhão constante para a imaginação criadora. Não nos detemos, atavicamente, nos antagonismos estéreis. Eles só podem ser ultrapassados por soluções novas. Buscamos perspectivas que sem renegarem os contributos ideológicos adquiridos libertem os problemas e a sociedade da sua carga excessiva. Para elas queremos fazer convergir os nossos esforços.

Cabe-nos — e uso as palavras do Senhor Presidente da República — «assumir sem hesitação o futuro imediato».

Ora esse futuro é a mobilização das consciências e das vontades para a realização das eleições intercalares. Vemos este projecto não apenas como um acto eleitoral em si mesmo, já carregado de profundo significado cívico, mas como uma ocasião para afinar e consolidar o **querer comum** do povo português.

Temos, como convicção segura, a **confiança** no povo, nas forças sociais e políticas que o representam,

nas instituições democráticas, no Senhor Presidente da República.

Tempos difíceis serão estes. Mas que nos não roa o cepticismo, a desconfiança, o desânimo.

Coube-nos uma terra austera, que em nós tece sua grandeza e por nós se aventura pelo mundo dentro.

Somos uma terra batida por ventos agrestes e contrários — que em nós enrijecem o ânimo e nos empurram ao encontro da História. Não nos tenta sonhar outra terra nem desistir de acreditar na fecundidade possível dos sulcos abertos pelo nosso labor de cada dia.

Com o poeta, podemos dizer que, para nós:

«A grande aventura
Não é rasgar os pés
E chegar morto ao fim:
É nunca, por nenhuma razão,
Descrer do chão
Duro e ruim!»

*Na posse do V Governo
1 de Agosto, 1979*

CAMINHOS NOVOS

Os comportamentos a adoptar partirão da visão realista do mundo contemporâneo, onde só os que de algum modo se iludem, iludindo outros, ignoram que a civilização está em confronto com uma total modificação dos seus pontos de referência e das suas certezas.

O Governo não pretende escamotear as dificuldades e as interrogações suscitadas pela mui-

ção histórica mundial que vivemos e que, no nosso país, assumem expressões próprias e particularmente complexas. Antes deseja, através de todas as vias de diálogo que tem ao seu alcance, contribuir para a reflexão colectiva que nos permitirá descobrir caminhos novos.

Programa do V Governo

O ESBOÇO DE UM PROJECTO

1. O Governo considera-se vinculado, pelo seu mandato, de forma prioritária, às eleições intercalares. É a esse mandato que vai buscar os vectores determinantes da sua actuação e as perspectivas globais em que os seus objectivos se enquadram.

A primeira condição para o exercício da governação é, assim, a criação de um clima de serenidade que, para além de proporcionar o enquadramento necessário para que o acto eleitoral se realize com a correcção e a dignidade que lhe são próprios, torne possível que os Portugueses se ponham, a si próprios, as verdadeiras questões que dizem respeito à sua vida, hoje e no futuro. Ora estas questões não se identificam, necessariamente, com as zonas de confronto rígido em que frequentemente se categorizam as opções. Elas ultrapassam os dilemas meramente ideológicos para se situarem no plano das aspirações, das perplexidades e das motivações que tocam o quotidiano da vida individual e colectiva.

Pelo seu estilo e pela sua conduta, o Governo procurará, nas breves semanas de que dispõe, contribuir para pôr em relevo outros dilemas bem mais complexos e que estão presentes em todas as formas de re-

gime político, conscientes e democráticas. São esses dilemas, entre outros: a relação entre a economia e os direitos sociais; entre a acumulação e a distribuição; entre a promoção individual e a responsabilidade colectiva; entre a afirmação da identidade cultural de cada povo e a diversificação do seu relacionamento com outros povos.

2. O clima de serenidade, que é intenção do Governo reforçar, não poderá deixar de ser uma atmosfera e vivência de liberdade, querida e consentida, onde mutuamente se enriqueçam as virtualidades pessoais e as aspirações colectivas.

Atento à inviolabilidade da liberdade de consciência e ao pleno exercício das restantes liberdades fundamentais, o Governo procurará estimular os Portugueses a desenvolverem a capacidade de se situarem criadoramente, face à história que lhes é dado viver.

Não esquecerá também que a criatividade individual encontra terreno fértil em todas as formas de associações onde estão patentes a comunidade de interesses e de afectos.

Procurará, assim, dar especial relevo, aos espaços e aos gestos que exprimem a originalidade de cada

um, tentando que se criem e fortaleçam organismos vivos, onde a interacção criadora se possa estabelecer.

Este clima de liberdade, pessoal e de grupo, é condição para a expressão de uma identidade cultural consciente dos seus valores e dos seus objectivos. Nela repousará a liberdade colectiva que culmina na afirmação inequívoca da independência nacional e nos esforços para a tornar actuante no concerto dos condicionalismos internacionais.

Creio bem que, longe já das épocas distantes dum isolacionismo sem brio, não podemos permitir qualquer submissão a poderes alheios, por mais neutrais que sejam as suas aparências e benevolentes as suas intenções. Onde quer que Portugal está presente, é uma história e um povo — que não se renegam nem amedrontam.

3. A afirmação das liberdades vai de par, em democracia, com a prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas de cada povo. No contexto português, tal prioridade é claramente afirmada pela Constituição, em termos de resposta aos direitos fundamentais dos cidadãos. A consciência desses direitos conduzirá toda a acção do actual Governo, exigindo que a política de produção de riqueza e a sua distribuição sejam subordinadas à satisfação das necessidades que condicionam a dia-a-dia da vida nacional. Altera-se, assim, a tradicional correlação entre a economia e o social — impede-se que as chamadas «exigências da economia» invadam todo o campo da decisão política provocando o estrangulamento dos objectivos sociais.

Em termos práticos, isto significa que o Governo procurará minorar o fosso existente entre a riqueza da população que detém um poder de compra elevado, e

as largas franjas que não chegam sequer a aceder aos níveis mínimos de subsistência.

Entender-se-á, assim, facilmente, que a alimentação, a saúde, a habitação, a educação e a segurança social constituam o conjunto de necessidades básicas que merecerão, deste Governo, todo o esforço que a sua curta duração lhe permitir.

4. A preparação do acto eleitoral supõe a mobilização de todos os recursos humanos para uma maior capacidade de decisão e de empenhamento. Procurará, por isso, o Governo dar incremento a todas as iniciativas em curso e leis em execução que, repartindo a autoridade, reforçam a responsabilidade de cada cidadão e de cada comunidade humana, qualquer que seja a sua dimensão. Valorizar-se-ão, assim, todas as formas de vivência colectiva e democrática que se manifestem em qualquer local do continente e nas regiões autónomas.

São as comunidades coesas e homogéneas que modelam a identidade cultural, que salvaguardam e enriquecem o património, que determinam a orientação da produção, que asseguram o modo mais conveniente de se organizarem e estabelecerem as normas da sua convivência, mas este movimento social, legítimo e necessário, só será operativo se a ele corresponder um aparelho de Estado capaz de se adaptar às exigências e responsabilidades que daí decorrem.

Entende o Governo que para tal é indispensável descentralizar de forma clara as decisões políticas e desconcentrar as decisões técnicas. Tal desconcentração permitirá encarar, com realismo, a diversidade, tão rica em potencialidades, das várias zonas do País e responder com rapidez às exigências, reais e legítimas, das populações.

DESABROCHAR DE VALORES

A esta Assembleia — e, por ela, ao povo português — alguma coisa peço em troca:

— *A participação activa e consciente nas tarefas que nos cabem porque, homens e mulheres deste país, somos a maior riqueza que ele possui;*

— *A tolerância e o respeito mútuo, reparando injustiças, procurando soluções dialogantes para os conflitos, desfazendo os equívocos que facilmente se propagam e nos enleiam;*

— *A confiança nos outros, para além das discriminações, das passividades, das ideias feitas.*

Fora este Governo ocasião de um tal desabrochar de valores e a sua missão estaria cumprida. Por isso, um só voto exprimo: que, no termo dos 100 dias, possa dizer que «da obra ousada é minha a parte feita». O «por fazer» é com os homens e com Deus.

*Apresentação do Programa do Governo
13 de Agosto, 1979*

FORTALECER O QUERER COMUM

Disse no início do meu mandato que queria dialogar com o povo. E fi-lo.

Fi-lo porque entendo que fortalecer o **querer comum** é, antes de mais, ir ao encontro do povo, ouvir as suas queixas e aspirações, deixar que os gabinetes de trabalho e os centros de tomada de decisão sejam inva-

didos pelo eco das vozes dos marginalizados por carência de bens ou de justiça.

Fortalecer o **querer comum** é contribuir para que o povo português se reconheça como um todo:

— populações que labutam nos campos ou aqueles que habitam as cidades e, no seu reboliço, procuram respirar;

- classes trabalhadoras ou cidadãos que, por conta própria, se lançam em iniciativas de produção ou de comércio;
- pequenos funcionários ou técnicos que asseguram a qualidade dos bens e dos serviços;
- artesãos humildes ou artistas profissionais a introduzirem a beleza no quotidiano;
- gente do Norte e do Sul, do interior e do litoral, das regiões agrícolas como das regiões industriais, do continente, das regiões autónomas e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Foi neste contexto que, a partir do mês de Setembro, tive a possibilidade de me deslocar com outros membros da equipa governativa a oito zonas bem diferenciadas do país.

Através dessas visitas, pude ouvir o povo e os seus representantes e confirmar que, para além das diferenças existentes, as necessidades básicas que preocupam a população são as mesmas — o pão, o tecto, a saúde, o trabalho, a educação, a cultura, a segurança.

Encontrei um povo consciente do valor da terra, desejoso de poder dela extrair o seu sustento e o do país, capaz de formular os objectivos da produção mais adequada a cada solo, pronto a desenvolver formas de associativismo que tornem o esforço mais leve e os frutos mais visíveis.

Encontrei um povo a braços com uma carência generalizada de habitação. Ouvi como escasseiam as casas, os preços são inoportáveis, o arrendamento urbano vigente provoca novas injustiças. Mas ouvi (e vi) também as sugestões concretas e bem definidas de restauro de velhas casas, de criação de condições para habitação própria, de estímulo às cooperativas e associações de moradores.

Encontrei um povo determinado a criar riqueza e a ser competitivo com o exterior. Ouvi industriais, conhecendo a fundo os mercados internacionais, reclamarem melhores e mais justas condições de crédito, exigirem que às empresas nacionais sejam atribuídas, pelo menos, as mesmas regalias que às empresas es-

trangeiras, formularem em termos inequívocos a complementaridade dos mercados a nível europeu e mundial. Ouvi pequenos comerciantes e agricultores sugerirem melhores condições para o investimento, quer através da taxa de desconto quer por linhas de crédito bonificado.

Encontrei um povo, orgulhoso do seu passado, consciente do seu património histórico, exprimindo-se em mil formas diversas de música, de dança, de arte popular e artesanal.

Encontrei jovens preocupados com a segurança do seu amanhã, mas simultaneamente conscientes do papel que lhes cabe no desenhar de um futuro melhor.

Encontrei velhos cansados de esperar por melhores dias, e seguros dos direitos que, enquanto cidadãos que gastaram as suas energias no serviço anónimo a toda a sociedade, lhes são devidos.

E encontrei mulheres afirmando sem subterfúgios a sua condição de cidadãs de pleno direito, exprimindo as dificuldades criadas pela carestia da vida e mostrando-se dispostas a lutarem pela justiça e pela liberdade para si mesmas e para outros.

Foi para a resposta a tais necessidades e aspirações que se orientou prioritariamente a acção do V Governo. A prová-lo estão algumas das grandes linhas de conduta seguidas:

- o estímulo à agricultura de grupo e o apoio a projectos de investimento de cooperativas agrícolas;
- o desbloqueamento de impasses institucionais no domínio da habitação, permitindo que as iniciativas individuais e cooperativas encontrem rapidamente vias de solução;
- a melhoria das condições propícias ao investimento, tornando possível que a iniciativa privada se desenvolva e que o sector público assuma a sua plena responsabilidade;
- a tentativa de correcção do aumento do custo de vida pelo aumento dos salários mínimos, do subsídio de desemprego, das pensões de reforma por velhice ou invalidez.

SULCOS ABERTOS

Na luta contra o tempo que este Governo travou não foi possível percorrer afoitamente caminhos novos.

Foi apenas possível abrir sulcos que se esperam duradouros.

Sulcos para novas formas de ser Governo num contacto mais próximo com as realidades do concreto quotidiano; sulcos para uma visão mais glo-

bal e mais integrada dos problemas nas suas múltiplas dimensões sociais, culturais, económicas; sulcos para uma participação mais activa e dinâmica de Portugal na rede das solidariedades mundiais.

Possam estes sulcos abrir caminho para um Portugal mais justo e mais livre — o Portugal que o espírito de Abril fez renascer em nós!

Comunicação na RTP
1 de Dezembro, 1979

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^o António dos Capuchos, 4, 5.^o, Lisboa. Composição e impressão: Silva — Coop. de Trab. Gráficos, scrl.